

Ana Paula Coutinho*

Universidade do Porto, ILC

A Literatura Comparada e o Digital: uma relação inevitável e crítica

A condição porosa e relacional da Literatura Comparada enquanto área de conhecimento e ramificação dos Estudos literários, torna-a particularmente sensível (alguns dirão demasiado volúvel) ao “air du temps”, ou seja, às problemáticas e linguagens que cada época vai suscitando e promovendo, com consequências não apenas a nível da literatura coetânea, como também nos modos de ler a literatura em geral. Por isso mesmo se pode dizer que a um/a comparatista se aplica, adaptada, a conhecida máxima de Terêncio, “nada do que possa dizer respeito à literatura me é estranho”, acompanhada da consciência de que aquilo que tardiamente se convencionou chamar literatura, nunca significou autarcia nem homogeneidade.

Se bem que marcada por desafios científicos e sociais da atualidade, a perspetiva que aqui elejo como contributo para a reflexão sobre a ideia e práticas da Literatura Comparada no século XXI não pode ser considerada um simples efeito de moda, uma vez que o processamento digital, a utilização generalizada de computadores ou de outros dispositivos eletrónicos, há décadas que faz da parte da investigação, do ensino e difusão da Literatura Comparada, assim como das outras áreas das Humanidades. O próprio termo “Humanidades Digitais” funciona como designação necessariamente abrangente de um “campo formado pelo conjunto de práticas e métodos de investigação que responde às capacidades de representação e modelação do meio digital para marcar textos, analisar e visualizar dados e artefactos, simular fenómenos culturais e agregar, pesquisar e recuperar informações” (Portela 2020: 94). O processamento digital, um produto antes de mais da Engenharia Informática, tal como a imprensa foi, no século XV, uma invenção de tipógrafos e humanistas, tem-se transformado em “meta-ubíquo de produção simbólica” (*idem*: 105), arrastando consigo profundas mudanças em toda a sociedade.

Não obstante, o recurso generalizado ao software para as mais diversas funções, não tem merecido análises permanentes do foro epistemológico, metodológico e ético nos estudos literários, e muito concretamente na literatura comparada, com exceção da ruidosa polémica em torno do “distant reading”, a que mais adiante farei referência. Talvez esse relativo alheamento por parte dos literários se deva ao facto de tenderem a olhar para “o digital” ou como uma ameaça, ou como um simples instrumento, um mero suporte de publicação, se não mesmo como uma rede de efeitos alienantes.

Duas décadas vs cinco séculos?

Quando há pouco mais de uma década, Todd Presner se interrogou sobre o futuro da Literatura Comparada na chamada era das Humanidades Digitais (Presner 2011), aproveitou também para sublinhar a “velocidade” com que vinham a operar-se as mudanças nos estudos literários e culturais, vendo nessa rapidez um dos principais problemas de fundo do “paradigma digital”. Passada mais de uma década, facilmente se reconhecerá que esse fator continua a constituir o maior obstáculo para uma integração efetivamente profícua dos avanços tecnológicos nos domínios intelectuais e artísticos, assim como no seu estudo.

Depois de cinco séculos de conhecimento baseado fundamentalmente em obras impressas e pensado para ser difundido através de textos escritos, com as dinâmicas próprias de circulação de umas e de outros, os últimos 20-30 anos têm representado uma espécie de “revolução coperniana”, em edição compacta e sujeita a constante atualização. Nenhum investigador na área das Humanidades, e concretamente em Literatura Comparada, pode agora restringir-se àquilo que está impresso, porque o digital tem interferido não apenas com as obras literárias, mas também com a crítica, com a análise e a própria argumentação, afetando noções nucleares como autoria, legitimação, acesso ou colaboração. Por conseguinte, era bastante pertinente a observação de Presner ao sublinhar que o universo digital não podia estar restringido à literatura eletrónica ou ciberliteratura,¹ porque afetava todo o conhecimento em torno do literário:

In fact, these issues, brought to the foreground in the digital world, necessitate a fundamental rethinking of how knowledge gets created, *what* knowledge looks (or sounds, or feels, or tastes) like, *who* gets to create knowledge, *when* it is "done" or published, how it gets authorized and disseminated, and how it involves and is made accessible to a significantly broader (and potentially global) audience. (195)

Este germanista, professor de literatura comparada e estudos judaicos da Universidade da Califórnia, destacava de seguida dois domínios que haviam levado à reconfiguração da própria Literatura Comparada: os “Comparative Media Studies” e os “Comparative Data Studies”. Enquanto os primeiros privilegiam a análise dos processos técnicos de reprodução e circulação, bem como os mecanismos institucionais de disseminação e legalização, em paralelo com os seus efeitos na interpretação e produção do conhecimento das diferentes formas de leitura ou de navegação, as ferramentas computacionais dos segundos permitem criar visualizações, mapas e redes semânticas a partir dos dados recolhidos nos diferentes *corpora*, e cuja extensão exige apoio computacional e interpretação humana. São, aliás, esses estudos que têm acompanhado o alargamento dos objetos de análise literária e cultural, pois aquilo que anteriormente constituía um só objeto, por exemplo um livro, quando é digitalizado e partilhado em diferentes formatos e plataformas, passa a desdobrar-se em mais e distintos objetos de estudo. Simultaneamente, começaram a surgir objetos culturais “nativos digitais” (vídeos, páginas web, música, fotografias, artefactos multimédia) e, com eles, mais dados susceptíveis de análise e outras formas de conhecimento.

Não me parece despidendo notar que o autor de “Comparative Literature in the Age of Digital Humanities: On Possible Futures for a Discipline” desviou-se argutamente, com exemplos como aqueles que acabo de referir, da então fervorosa oposição entre os defensores de uma hermenêutica de “close reading” e os entusiastas da “distant reading”. Como comparatista, Presner tinha consciência da função metodológica e crítica da “justa distância”, que representa a pedra-de-toque de uma perspectiva bifocal, glocalizada, da Literatura Comparada, razão por que certamente preferiu enfatizar aquilo que descreveu como “synergistic possibilities between a hyper-localized, deep analysis and a macrocosmic view” (202), ou seja, a complementaridade das duas perspectivas para uma compreensão articulada, sistêmica, tal como tem vindo a ser regularmente defendido, não apenas na área das Humanidades (Higuchi 2021), como nas ciências em geral, em prol daquilo que Edgar Morin designou como o paradigma da complexidade (Morin 1990).

Uma questão de escala, mas não só

A investigação de Franco Moretti em torno de um Atlas do romance europeu oitocentista, e em particular o seu livro *Graphs, Maps, Trees: Abstract Models for Literary History* (2007) funcionaram como verdadeiro detonador de discussões no seio dos estudos literários entre “distant reading” e “close reading”, na maioria dos casos pouco produtivas, pois limitavam-se a enfáticos ou provocatórios posicionamentos, avatares das querelas entre “Antigos e Modernos”.

O objetivo do ensaísta italiano, Professor em Stanford, consistia em cartografar a evolução do romance europeu o que era à partida enquadrável nas relações, não só comuns como desejáveis, entre Literatura Comparada, História Literária e Teoria da Literatura. O corpus de estudo, formado por obras inglesas, francesas e italianas, tampouco teria causado resistência, não fosse o facto de Moretti defender a legitimidade epistemológica da leitura à distância e declarar, não sem algum intuito provocatório, que os especialistas de literatura, em vez de ler os livros, deveriam começar a contá-los e a representá-los graficamente, de acordo com métodos oriundos de outras áreas disciplinares como a Biologia, a Sociologia ou a Geografia. Essa forma de leitura distanciada permitiria detetar padrões e tendências imperceptíveis em estudos monográficos de “close reading”.

De facto, essa proposta de “modelos abstratos” como forma de conhecimento da Literatura e da sua História provocaria várias e veementes reações, que visavam genericamente atingir a dataficação, e outros procedimentos adjacentes das então emergentes “Humanidades Digitais”. Mais concretamente, foram sendo apontadas limitações na associação ou confusão entre “dados” nas ciências experimentais ou mesmo nas ciências sociais e “dados” nas Humanidades, e na Literatura em particular, enquanto manifestação artística. Neste caso, para que os dados, enquanto “preensões necessariamente tendenciosas” (Citton 2016: 3), concorram para o conhecimento da Literatura, relacionando partes com o todo, é fundamental existir uma pré-compreensão dos objetos em análise, avaliadora da sua pertinência para elaborar uma leitura “à distância” e em maior escala.² Foram também muitos aqueles que

se mostraram céticos relativamente aos resultados efetivos dessas metodologias científicas aplicadas ao conhecimento da (e sobre a) literatura, partindo do princípio (ou preconceito) de que as ferramentas digitais nada têm a dizer de relevante sobre os sentidos mais profundos dos textos literários. Houve até quem argumentasse que os dados constituíam uma forma de violência sobre a “individualidade” das obras; quem sublinhasse que a história literária nunca poderia ser confundida com uma contabilidade de padrões e modelos que não representam unidades pré-existentes, mas pressupostos interpretativos, ou quem, como a autora de *The Limits of Critique* (2015) lamentasse o uso dos textos para diagnósticos, análises empíricas, ou críticas ideológicas, em vez de os encarar como base de uma experiência estética, à imagem do barthesiano “prazer do texto”, onde o conhecimento resulta essencialmente de fatores não parametrizáveis de descoberta, encanto e choque.

Por outro lado, Jerome McGann, autor de *Radiant Textuality: Literature after the World Wide Web* (2001), além das potencialidades do hipertexto eletrônico como modo de ultrapassar limites de escala, tinha também já apontado limitações ao facto de ser utilizada a mesma ferramenta que o objeto de estudo, quando se recorre ao formato “livro” para o estudo das camadas de organização e sentido de outros livros. Daí que a transformação dos livros ou textos literários em modelos computacionais, através de marcações e de organização hipertextual, tenha sido entendida como uma oportunidade de romper com essa duplicação formal: a partir dos livros é gerado um arquivo com meta-estruturas próprias, o que não apenas facilita a sua navegação e análise, como também permite ler as obras “em papel” num espaço-tempo virtual.

Esse pioneiro das Humanidades Digitais veio mais tarde a reavaliar essas virtualidades, reconhecendo ter existido alguns vieses no desenvolvimento da área, em especial no que toca à deriva quantitativa e a um certo fetichismo tecnológico, que, e como também lembrou, corre o risco de fragmentar e descontextualizar as obras literárias, ou mesmo de conduzir a generalizações que, no mínimo, serão inconsequentes do ponto de vista crítico (Brito/ Portela 2016: s/p).

Ninguém poderá, contudo, negar que o elevado número de projetos de investigação envolvendo a digitalização de obras literárias de grande valor patrimonial, tem permitido “uma convergência inédita entre a nossa herança cultural complexa e uma técnica convertida em lugar de sociabilidade sem precedente” (Doueih 2023: 31). Quando não se trata “apenas” de digitalizar livros ou outros textos, essa transferência para o digital ou “remediação” (Bolter/ Grusin 1999) costuma também implicar uma recomposição e abertura da obra inicial a outros materiais e a outras formas de leitura: documentos de natureza genética ou crítica, etiquetagem morfossintática, motores de pesquisa lexical ou outra, de acordo com a codificação realizada; material audiovisual pré-existente ou realizado expressamente.

No início, todas essas potencialidades foram recebidas com um entusiasmo, dir-se-ia messiânico, como o foi o caso de Nicholas Negroponte, que em *Being Digital* (1995), via na “era digital” quatro componentes muito fortes - descentralização, globalização, harmonização e empoderamento (*op. cit.*: 239) - capazes de assegurar a livre circulação da informação e promover a diversidade e o diálogo intercultural, como oficialmente defendido pela Unesco.

Houve até quem visse no digital a oportunidade de resgatar as Ciências Humanas e as Humanidades das ameaças de extinção (Vinck 2020: 79). A própria aceleração exponencial da tecnologia e, direta ou indiretamente, o imaginário fantástico da biblioteca de Babel borgesiana, provocaram expectativas muito elevadas em torno da edição e da leitura digitais, que pareciam à partida livres de quaisquer mediações morosas e onerosas. Para a Literatura Comparada, essa promessa de liberdade na circulação das obras não poderia deixar de constituir um repto entusiasmante de relações a partir de uma vasta biblioteca de portas abertas, que as políticas culturais de alguns países iriam rapidamente galvanizar, como foi o caso da *Gallica*, da Bibliothèque Nationale de France, ou de iniciativas voluntárias como o *Project Gutenberg* (fundado em 1971 por Michael S. Hart), este, tal como outros fundos digitais, recuperado em Internet Archive, um site criado em 1996 por Brewster Kahle, um informático e bibliotecário também ele americano.

Porém, rapidamente se iria perceber que esse horizonte de partilha virtual, aberto à escala do mundo, além de não proporcionar um acesso igualitário e eficiente à educação e à cultura (Vinck 2020: 86), incluía vários pontos cegos ou, no mínimo, nebulosos, do ponto de vista económico e organizacional. Com efeito, as falhas na atualização de *software* e/ou a múngua de recursos humanos, a simultânea proliferação e descontinuidade de projetos científicos e culturais, incluindo a criação de bases e de plataformas digitais de edição e criação literária, têm muitas vezes impedido de levar mais longe tanto a investigação fundamental nas Humanidades Digitais, como a criação de projetos sólidos de aplicação prática. Têm além disso votado ao esquecimento os resultados de investigações e projetos nesta área, o que significa que existem elevados desperdícios do ponto de vista intelectual e financeiro sempre que são abandonados ou descontinuados projetos que assentavam em princípios e práticas das Humanidades Digitais. A título de exemplo, lembro a revista *Vectors* que, na primeira década deste século, foi apontada como modelo de intersecção multimédia entre Cultura e Tecnologia. Ora, a revista não só deixou de ser publicada, como já nem sequer o seu arquivo está disponível, apesar de ter sido um projecto criado na University of Southern California, ou seja, numa universidade de topo americana, leia-se com elevados recursos materiais e humanos (vd. <http://vectors.usc.edu/journal/index.php?page=Introduction>). Já a nível de plataformas colaborativas de escrita, edição e publicação em acesso aberto, há que lembrar o caso da plataforma Scalar (USC, 2015), com muito poucas publicações, e aparentemente sem qualquer atividade recente, mau grado constituir uma estrutura complexa, visualmente muito elaborada e com bastantes potencialidades, entretanto integrada num consórcio - The Alliance for Networking Visual Culture (<https://scalar.me/anvc/>).

Além disso, vários investigadores diretamente envolvidos nesse tipo de projetos têm reportado as dificuldades com que, regra geral, se deparam: a ausência de estratégia e planificação institucionais, a nível de organismos tanto públicos como privados, inclusive a nível do ensino superior, o que faz com que as equipas de trabalho, respetivos investigadores e financiamentos fiquem limitados à organização pontual de Workshops e à elaboração de candidaturas a financiamento externo, atividades essas que, não raro, acabam por desviá-los

quer das especificidades das culturas científicas para que deveriam estar a investigar, quer das potencialidades de um trabalho verdadeiramente interdisciplinar. Neste último caso, incluem-se em especial os investigadores e especialistas da Engenharia Informática e das Ciências Computacionais que não veem, por norma, quaisquer vantagens, financeiras e /ou de carreira profissional, em empenhar-se na investigação e trabalho colaborativo com as Humanidades.

Apesar das resistências que, regra geral, os especialistas dos Estudos Literários têm continuado a manifestar em relação às modalidades de leitura digital, desde logo por considerarem difícil encontrar um equilíbrio material e ontológico “entre la clôture du texte et l’ouverture virtuellement infinie de l’hypertexte” (DelLungo/Vitali 2021: 74), há também quem veja na ciberliteratura, por exemplo, um campo de pesquisa privilegiado para uma abordagem comparatista a partir de várias frentes, como seja, o confronto entre a literatura nativo digital e o suporte tradicional do livro impresso; o estudo das consequências da ciberliteratura na redefinição do literário, ou a avaliação das novas ferramentas de análise literária. Para a autora de “Ce que la Littérature comparée fait à la Littérature numérique, et réciproquement” (Debeaux 2015), a Literatura Comparada pode intervir no desenvolvimento da ciberliteratura, inscrevendo-a na história dos experimentalismos literários que, remontando às pesquisas estilísticas e versificatórias dos “Grands Rhétoriciens”, vão até à poesia experimental e às *contraintes* de Oulipo, passando pela irreverência formal das vanguardas do início do século XX. Já o confronto com os dispositivos de acesso e de criação da literatura digital levam a própria Literatura Comparada a reequacionar o estudo da mediação das obras literárias pré-digitais e a atentar em textos híbridos que, pelo trânsito entre códigos computacionais e códigos culturais e pela mistura de recursos de hipertexto, multimédia e interatividade, são passíveis de ser lidos/ouvidos/ vistos em diferentes plataformas.

Por sua vez, as Humanidades Digitais têm vindo a priorizar o qualitativo, e a dar mais atenção à visualização gráfica, ao design, à narrativa digital, ao som e à imagem, procurando assim explorar e representar os sentidos de um texto sob outras formas que não, ou apenas, através do tradicional discurso verbal, argumentativo, dos artigos científicos (Vinck 2020: 79).

Assim, algumas das perspetivas teórico-críticas que têm marcado o desenvolvimento da Literatura Comparada podem alargar o seu escopo de análise, e não só quando se trata de investigar a literatura mais recente. Os estudos de receção literária, por exemplo, podem ou devem agora integrar os estudos de receção computacional (Walsh 2023: 276), que se debruçam sobre as formas digitais, multimídiais, de leitura e interpretação dos livros (que não apenas de obras nativo-digitais). E isso à medida do que for possível em termos legais e éticos, uma vez que supõem a inclusão de dados recolhidos em blogs e *booktoks* de leitores “anónimos” (*idem*: 275). Embora se trate de leituras completamente informais, desreguladas, não canónicas, representam mediações entre as obras e os leitores, sujeitas a algoritmos que acabam por ter consequências a nível do mercado editorial e dos processos de legitimação literária, quando não mesmo na estrutura dos próprios textos, pelo que não deverão ser ignoradas pelos estudos literários, nomeadamente numa perspetiva comparatista.

A abertura aos efeitos do universo digital sobre o fenômeno literário não pode ser entendida, em si-mesma, como o fim do formato livro, nem da leitura (comparatista) (Domínguez/Saussy/Villanueva 2015: 132). De resto, historicamente, nenhuma época teve tantos livros escritos, impressos e criticados (como nenhuma outra teve tantos livros ignorados e até materialmente destruídos), e as edições digitais de ficção, de poesia ou de textos dramáticos, não tiveram o sucesso inicialmente previsto.

Não obstante, existem outras condicionantes, à partida externas ao próprio trabalho literário, que fazem com que a Literatura passe cada vez mais pelo digital. Pensemos nas chamadas “literaturas da diáspora”, que tendem a viver e circular à margem de editoras convencionais seja do país de origem, seja do país de residência, e também nos muitos escritores, estreados ou não, divorciados das regras ou de mecanismos mais ou menos obscuros do mercado editorial e das instâncias convencionais de circulação e de legitimação. Para uns e para outros, o digital tem constituído a garantia de uma comunicação com os leitores, ao mesmo tempo mais próxima, se bem que virtual, e mais alargada e simultânea, ainda que também aqui estejam em jogo algoritmos que acabam por exponenciar e catapultar uns à custa da invisibilidade e da marginalidade de outros. Em todo o caso, para o/a investigador/a em Literatura Comparada todas essas manifestações significam redes de relações que virão certamente a atualizar o modo de funcionamento de cada campo literário e da “República mundial das Letras”, assim como a teorização do fenômeno literário.

Se mais razões não houvesse para os investigadores no âmbito da cultura e estética literárias se envolverem na reflexão sobre as implicações do digital na criação e na receção da literatura, existe um dado demográfico irrefutável: em breve, serão muito mais os “nativos digitais” (inclusive a nível dos investigadores) do que os “imigrantes digitais”, ou seja, aqueles que preferem ler em papel, que estão habituados a uma leitura lenta e que lidam mal com o “multitasking” internético. Já para os “nativos digitais”, o normal é ler primeiro, quando não exclusivamente, em ambiente digital, pelo que a constante e rápida transição entre diferentes textos, ou entre textos e imagens, faz parte dos seus hábitos de leitura.

Por conseguinte, já não basta especular sobre a “deslocação ontológica” que a computação representa para os textos das Humanidades, mas afigura-se necessário criar um quadro analítico de referência para a acompanhar criticamente nesta área. É preciso garantir uma interação permanente que envolva cientistas (sociais, da informação e da computação), especialistas das Humanidades, bibliotecários e artistas, com o objetivo de identificar problemas, conceber interfaces, analisar dados e transformá-los em formas de conhecimento efetivo da complexidade.

Se parece cada vez mais consensual que a digitalização implica uma dupla consciência: “a consciência de que as humanidades devem participar, com a sua epistemologia própria, na invenção do meio digital; e a consciência de que a participação nessa invenção altera os seus objetos, métodos e géneros textuais” (Portela 2020: 106), importa que os cientistas da computação e da comunicação digital mostrem também maior abertura para as questões específicas às Humanidades, e que exista um esforço mútuo de compreensão e adaptação a

uma cultura efetiva da interdisciplinaridade, o que em si mesmo não obriga à dissolução das áreas de conhecimento envolvidas, mas à reconceptualização das suas práticas.

Por isso mesmo, neste período de grandes alterações antropológicas, particularmente marcado pela dispersão e pela volubilidade do conhecimento, inclusive também por reservas de natureza ética diante das derivas da tecnologia digital, torna-se ainda mais crucial que cada área tenha identificados com clareza alguns princípios que possam orientar o seu contributo no processo dialógico de campos interdisciplinares como as Humanidades Digitais. Deter-me-ei em seguida em 3 (+1) desses princípios que, a meu ver nenhum/a comparatista deve esquecer para não desvirtuar as especificidades relacionais da Literatura Comparada, nem tão-pouco o diálogo interdisciplinar.

Para não perder o norte: três +1 princípios

1. Os meios não são os fins

Tal como a comparação não é, nem um instrumento específico, nem um fim em si mesmo para a Literatura Comparada, também o processamento digital, a sua modelação para tratamento e análise das diferentes vertentes do fenómeno literário não pode ser encarada como uma espécie de teleologia, mas como uma modalidade de busca heurística de sentidos para a Literatura e para as suas relações intertextuais e extratextuais.

É verdade que a mineração de dados, as estatísticas e os gráficos potenciam a diversificação de questões de investigação e alargam substancialmente o escopo de estudos comparatistas. Contudo, essas atividades ou projetos não dispensam, a montante, a formulação de questões e de objetivos de investigação enquadráveis no âmbito da Literatura Comparada, e, ao longo de todo o processo, uma compreensão dos procedimentos em jogo, bem como uma avaliação/ interpretação da apresentação final dos seus resultados, tendo em devida conta a ambiguidade e a complexidade intrínsecas à Literatura, nas suas dimensões artística e comunicacional.

Johanna Drucker, que tem procurado gizar um modelo de Humanidades Digitais que as desviem de rumos fundamentalmente quantitativos e neopositivistas impostos pelas engenharias (Drucker 2012), e que se empenhou na criação de instrumentos próprios à interseção entre Humanidades Digitais, estudos dos *media* e História do design gráfico (Drucker 2014) não poderia ser mais direta no apelo à responsabilidade dos próprios investigadores da área das Humanidades, no sentido de acompanharem com “ceticismo crítico” todas as etapas dos projetos das Humanidades Digitais, e de procurarem intervir no próprio mundo digital, de molde a torná-lo mais adequado aos seus próprios princípios teóricos e às suas próprias metodologias:

At each stage of the discussion, issues relevant to implementation and design are combined with their critical implications. The decisions about how materials are made computationally tractable in digital formats have long-term consequences just as the use of processes by the researcher has implications for the way results are understood and interpreted. A presentation hides as well as shows many of these decisions, and documentation is an essential feature of

responsible research work in digital humanities so that other researchers can recover the decision-making process that shaped the project. A healthy combination of hands-on, practical, how-to-do-digital-humanities, and critical skepticism is required throughout, particularly if values and methods central to the humanities are to find their way into the technologically driven activities. (Drucker 2021: 2-3)

Seja para a Literatura Comparada, seja para qualquer outra área das Humanidades, não faz sentido que o fascínio pelas ferramentas, ou por metadados das atividades digitais em torno dos textos, se torne um fim em si mesmo, ou uma “moda” imposta a todos os sectores educativos ou de informação. Esse autotelismo comandado pela afirmação do poder da tecnologia (em rede) na sociedade contemporânea, conduz a um enfraquecimento de outras capacidades que extravasam do sistema binário do mundo digital. Daí que a ponderação crítica do “como” e “para quê” do uso de recursos digitais na criação literária e/ou nos Estudos literários, concretamente na Literatura Comparada, constitua um princípio básico de orientação no momento de a Literatura Comparada interagir com as potencialidades da preservação, mediação/remediação, informatização/modelagem; processamento/ análise; apresentação de resultados /exposição digital – todos eles procedimentos próprios às Humanidades Digitais, de modo a não esquecer que nenhuma formação tecnocrática pode sobrepor-se ao fim último de diálogo criativo do comparatismo.

2. Desacelerar para continuar

Por analogia com a tendência para o “Slow food”, tem vindo a crescer nos últimos anos um movimento transnacional, mais ou menos informal, em torno duma “ Slow Science”, que conheceu o seu primeiro e muito breve Manifesto em 2010 (<http://slow-science.org/>), onde embora não existisse uma oposição declarada nem ao desenvolvimento, nem ao alto nível de especialização da Ciência, frisava-se que isso não poderia ser tudo, e que os cientistas precisavam de tempo para pensar, para ler e até para falhar. Aí, como na obra seguinte da filósofa Isabelle Stengers, *Une autre science est possible ! Manifeste pour un ralentissement des sciences* (2013), estavam sobretudo, ou antes de mais, em causa as chamadas ciências duras ou ciências experimentais, o que não deixa de ser muito significativo, pois até nessas áreas, por natureza mais adaptadas à diversidade e evolução de métodos e de conhecimentos, começaram também a sentir-se os efeitos contraproducentes da rapidez e da quantificação.

Claro que a reivindicação do direito a uma “ciência lenta” prende-se também com outro tipo de constrangimentos vividos atualmente nas Universidades, prisioneiras da lógica do mercado e dos efeitos da precariedade laboral, de regras instáveis de financiamento e de processos de controlo e avaliação insensíveis às especificidades próprias de cada área do conhecimento e, genericamente, à deontologia do trabalho intelectual. Qualquer proposta de “desaceleração”, pragmaticamente consequente, não poderá deixar de contemplar esta rede de circunstâncias adversas, mas para não me desviar aqui do cerne deste ensaio, direi simplesmente que a Literatura Comparada deverá ter como princípio autoregulador o questionamento da

aceleração como se de uma inevitabilidade civilizacional se tratasse, defendendo antes “slow comparatismo”, em conformidade com a complexidade dos seus objetos de estudo crítico, envolvendo relações entre discursos e contextos diversos.

Se já antes era verdade que a quantidade, e, por conseguinte, a rapidez em qualquer domínio de investigação, não eram necessariamente sinónimos de qualidade e de relevância científica/ social/cultural, também as práticas e meios das Humanidades Digitais estão agora sujeitas ao mesmo crivo. O excesso de projetos nesta área, num tempo relativamente curto (plataformas, bases, edições digitais, aplicativos...), tem custado muitas vezes a sua insignificância e/ou obsolescência (Vinck 2020: 37), além de outras derivas nefastas à própria atividade intelectual, por afetarem o desenvolvimento do pensamento crítico, a concentração e a memória, que constituem simultaneamente bases e resultados da plasticidade do cérebro humano (Carr 2010). Nesse sentido, a falta de tempo para refletir e para avaliar vantagens e limitações das novas metodologias de criação e leitura literárias revela-se particularmente pernicioso, dado que estão em causa competências intelectuais e potencialidades criativas determinantes para o desenvolvimento intelectual e emocional do ser humano e das suas competências de interação.

Assim, para combater essas aparentes inevitabilidades, ou para simplesmente não multiplicar o “lixo informático”, os projetos em Literatura Comparada envolvendo as Humanidades Digitais precisam de tempo para ser criados em diálogo efetivo, e continuados em constante interação com especialistas das ciências computacionais e dos media digitais, tanto para a redefinição de objetivos, como para atualização informática de interfaces formativos que potenciem a disseminação de resultados de investigação e a interligação de conhecimentos. Porque se trata de projetos necessariamente complexos do ponto de vista intelectual, e dispendiosos em termos de recursos materiais e humanos, em vez de investir na sua proliferação, tantas vezes redundante e supérflua, parece fundamental enveredar pela formação de consórcios nacionais e/ou internacionais que garantam a sua continuidade ou sustentabilidade.³ Importa, todavia, ter em mente que esses consórcios não podem significar apenas ou sobretudo (mais) uma estrutura de governação e de funcionamento, reféns da sua própria autossobrevivência financeira, sob pena de ficarem esquecidos os seus objetivos primeiros de articulação e exponenciação de conhecimento envolvendo também o estudo da Literatura.

3. Cuidar da diversidade como valor inalienável

Apesar das muitas vicissitudes da geopolítica mundial, associadas ao exercício de poder aos níveis sócio-económico, sexual e cultural, que ao longo da sua existência secular foram pautando a Literatura Comparada, esta foi desde o início orientada para o estudo da Literatura a partir da diversidade de línguas, de geografias, tempos e discursos.

Por sua vez, o digital apresentou-se como uma oportunidade, senão mesmo como uma garantia da abrangência de diferentes literaturas e manifestações literárias e da possibilidade da discussão do(s) cânone(s) que têm imperado no âmbito quer das literaturas nacionais,

quer da circulação das obras para lá das suas fronteiras linguísticas e culturais, a que David Damrosch (2003) deu o nome de *World literature* (literatura-mundo), numa atualização do sentido goethiano de *Weltliteratur*.

Como era possível de depreender de anteriores observações, nenhum ou poucos ramos dos Estudos Literários poderiam à partida ter mais afinidades que a Literatura Comparada com os objetivos e *modus operandi*, relacional e colaborativo, das Humanidades Digitais. No entanto, também já se percebeu que o mundo digital está longe de envolver ou de fornecer um acesso igualitário e eficiente à educação e à cultura (Vinck 2020: 86). Muito pelo contrário, não só se tem assistido a investimentos muito díspares em termos de Humanidades Digitais, como existe uma notória vantagem das universidades anglo-americanas e algumas europeias, nos desenvolvimentos de projetos nesta área, envolvendo *corpora* literários que, de forma tendencialmente hegemónica, privilegiam autores de língua inglesa ou, quando muito, autores traduzidos para inglês, para além de outros viés metodológicos e epistemológicos.

É ingénuo pensar que os arquivos digitais ou a recuperação de dados digitais, nomeadamente no campo das Humanidades, são puros atos de voluntarismo cultural. Na verdade, eles funcionam também como fontes de referência e de legitimação cultural que, por sua vez, alimentam a criação de algoritmos e, genericamente, o campo da ciência de computação designado por “inteligência artificial”. Cada vez mais, vamos tendo maior consciência dos efeitos insondáveis dessa cadeia, tanto em termos económicos, como culturais e políticos.

Se mais razões não houvesse para exigir uma “ética do algoritmo”, bastariam as chamadas de atenção e de denúncia que têm vindo a público, subscritas por intelectuais, académicos, técnicos e empresários, sobre os perigos dos rápidos e generalizados desenvolvimentos da “inteligência artificial”, para que a Literatura Comparada mantivesse uma relação declaradamente crítica não apenas com esta escalada tecnológica, mas também com o facto de esta assentar na utilização hegemónica de uma língua franca e das referências literárias ou genericamente intelectuais por ela projetadas. Esse encadeamento cria um obstáculo a que mais línguas e mais culturas integrem e interajam no universo digital, bem como um estreitamento de visões do mundo e do próprio sentido de humanidade. Haverá quem veja nisso uma espécie de luta de David contra Golias, mas faz parte de uma resistência ativa expectável no meio académico. A este propósito, valerá a pena voltar ao ensaio de Isabelle Stengers, “Another science is possible!” A plea for slow science” (2011), onde a autora rebate a insinuação/ recriminação de que pensar numa outra forma de fazer ciência não passa de uma utopia, referindo-se concretamente aos serviços prestados à comunidade como exemplo da opção por uma ciência lenta ou desacelerada:

(...) a university may be free to define such reclaiming explorations of slowing down practices in terms of “services to the community”, which they are indeed, and recognize them as such. This would be a strong signal, indeed, that we are not a corporation, proudly obeying the ticking clocks of an unsustainable progress, but a community trying to give some meaning to the now consensual but often empty claim: the claim that we have to change our ways of behaving in this world. (Stengers 2011: 12-13)

Numa época em que tudo parece alinhar-se no sentido de promover o sentimento de inevitabilidade de processos, a homogeneidade de modelos e a cópia de linguagens, cabe também a uma área como a Literatura Comparada mostrar coerência entre os seus pressupostos de diversidade e glocalização, os projetos de investigação que acolhe, a forma como os desenvolve e o modo como dissemina os seus resultados. Por exemplo, quando portais de comunicação e bases de conhecimento como as desenvolvidas e alojadas no Instituto de Literatura Comparada, ou mesmo publicações digitais de estudos na área comparatista são levadas a cabo em várias línguas, incluindo desde logo a língua portuguesa, isso significa um acréscimo de trabalho e de tempo, em prol de um “serviço à comunidade”, não só à comunidade portuguesa, mas a todos os outros falantes de língua portuguesa, como a outras comunidades linguísticas e culturais. Ao contrário das normas actuais de uma internacionalização simplificada, mas altamente valorizada, que passa por disseminar o conhecimento em inglês, nos mais variados fóruns, a insistência e investimento no plurilinguismo não pode ser por isso interpretado como um desperdício ou como um fechamento, mas antes como um alargamento do multilinguismo fundacional da Literatura Comparada.

Deixei propositadamente para o fim um princípio, supranumerário, que se prende simultaneamente com o estado permanente de crise da Literatura Comparada e com a condição relacional que referi no início deste ensaio. Trata-se de um princípio de coerência epistemológica com o pressuposto de que a Literatura participa das formas de pensamento sobre o mundo, justamente a partir dos diálogos interdiscursivos, intersemióticos ou interculturais convocados pelos textos ou revelados pela sua leitura. Se é certo, por um lado, que a abertura que daí decorre não pode deixar de ser, para a Literatura Comparada, uma abertura (auto-)reflexiva, no sentido de a levar a reavaliar as consequências desses diálogos na compreensão da própria Literatura, por outro lado, também é verdade que a Literatura Comparada carrega consigo quer a historicidade da própria Literatura, quer a sua historicidade enquanto área disciplinar, razão pela qual tem, digamos, a obrigação de não se deixar prender pelo presentismo, nem de “tomar a nuvem por Juno”.

Ao longo da sua existência secular, já por várias vezes foi declarada a morte da Literatura Comparada, ultrapassada por perspetivas teórico-críticas que dela se foram autonomizando, por razões onde é por vezes difícil ou delicado destrinçar as razões de ordem científica do propósito de legitimação de um lugar institucional próprio. Ora, não foi meu objetivo fazer aqui a defesa de nenhum “território”, apenas pretendi chamar a atenção para o facto de os princípios e objetivos nucleares da Literatura Comparada continuarem válidos, justamente porque assentam no estudo da Literatura em relação, e porque cada vez mais supõem um trabalho colaborativo, em equipas de várias especialidades. Nesse sentido, poder-se-á concluir que as Humanidades Digitais representam para a Literatura Comparada não um risco, mas um repto mais de (auto-)reflexão no que toca, em particular, ao presente e ao futuro da leitura literária. Sem leitura, a Literatura não existe senão como um conjunto de signos verbais, qualquer que seja o seu suporte de inscrição ou de gravação, e conseqüentemente a Literatura Comparada perde também a sua razão de ser. Assim, ou a articulação entre a Literatura Comparada e as

Humanidades Digitais visa assegurar a continuidade e o alargamento dos sentidos da leitura literária, sem esquecer ou obstaculizar os diferentes modos de o fazer, ou estará condenada a ser ou irrelevante, ou contraproducente.

Neste caso, julgo ser possível manter um otimismo prudente, porque a História tem-nos mostrado que o ser humano dispõe de algumas reservas insondáveis de resistência e insatisfação, sendo que algumas delas se manifestam justamente na busca de uma relação mais profunda e intensa com as palavras.

O poema em prosa que aqui trago como corolário final desta reflexão, da autoria de Jules Lefèvre-Deumier, um escritor francês do séc. XIX pouco reconhecido na sua época, entretanto esquecido, e que entrou recentemente na língua portuguesa, graças à dedicação de dois intensos leitores - Regina Guimarães e Saguenaíl -, deve-se à atividade contra-corrente de uma pequena e descentralizada editora. Não se trata aqui de nenhum caso específico de relação entre Literatura Comparada e Humanidades Digitais, pois nenhuma dessas áreas é subsumível à outra, nem nenhuma delas esgota as aproximações possíveis a um texto literário. Proponho, contudo, que este poema, intitulado a “A centelha elétrica”, seja entendido como exemplo da resistência múltipla da leitura literária, e como uma alegoria epistemológica que, partindo da Química, engloba também a Literatura enquanto lugar transhistórico de experimentação do pensamento. Isso não nos desvia do cerne das questões aqui equacionadas; pelo contrário, prolonga-as, porque a indeterminação do discurso poético e, em geral, da investigação vai sempre à frente, e à partida mais longe que qualquer argumentação:

A centelha elétrica

Lavoisier já não quer que a água seja um elemento. A sua arte decompõe-na. A água visível encerra dois princípios invisíveis: dois gases - um deles inflama-se e o outro acelera a combustão. Assim, a água, que refresca e fecunda, tem como princípio o que queima e o que devora. Lavoisier prova isto, porém, tem dificuldade em compreendê-lo. Mas como refazer o corpo, depois de ter compreendido e separado as respetivas substâncias? A centelha elétrica toca-as, inflama-as, e a água mana do incêndio. Do mesmo modo, há no fundo das almas sabe-se lá que princípios soberanos que, que isolados um do outro, nos consomem obscuramente. Basta a centelha elétrica roçá-los - logo se inflamam e o pensamento jorra, luminoso, fluido, émulo dos rios e das torrentes, rival da faísca que o engendra. Quem sabe! Talvez o caos todo não passasse de um amontoado confuso de gases que se misturavam sem se unir: e o mundo, pensamento em relevo de Deus, talvez seja o resultado de um trovão. Não há nisto motivo mais que suficiente para fazer explodir o cérebro? (Guimarães/Saguenaíl 2020: 97)

NOTAS

¹ Entende-se por ciberliteratura qualquer forma narrativa ou poética que, não se limitando a utilizar o dispositivo informático como *media*, integra deste uma ou mais propriedades.

² Essa distinção esteve na origem da minha proposta da noção de “bases de conhecimento” (Coutinho 2018) para a conceção e disseminação, em ambiente digital, do levantamento e interpretação de dados de natureza temática que, numa primeira etapa, visam destacar as interferências e as transversalidades entre problemáticas externas e poéticas autorais, potenciadoras de outras abordagens e desenvolvimentos de natureza comparatista. Esse trabalho faz parte da investigação e do “banco de dados” disponibilizado pelo Instituto de Literatura Comparada Margarida Losa (vd. Ulysssei@s, She Thought it, A Europa face à Europa e Diásporas em Português in <https://ilcml.com/en/databases/>)

³ A este propósito, leia-se o ensaio “Sustaining digital humanities initiatives in challenging times” (Balkun/Deyrup 2021: 133-142)

Bibliowebgrafia

Balkun, Mary McAleer/Deyrup, Marta M. (2021), “Sustaining digital humanities initiatives in challenging times”, *Transformative Digital Humanities. Challenges and Opportunities*, Edited by Mar McAleer Balkun and Marta Mestrovik Deyrup, London and New York, Rodopi: 132-142.

Brito, Matheus de/ Portela, Manuel (2016), ‘The ghost within the ghost in the machine’: An Interview with Jerome McGann in https://impactum-journals.uc.pt/matlit/article/view/2182-8830_4-2_12/2289 [ultima consulta, 12 de maio de 2024]

Bolter, Jay David/ Grusin, Richard (1999), *Remediation. Understanding New Media*, MIT Press.
Carr, Nicholas (2010), *The shallows: What the Internet Is Doing to Our Brains*, New York, W.W. Norton & Company.

Citton, Yves (2016), “Naviguer ou filtrer Vilém Flusser et l’alternative vampirique de l’imaginaire numérique”, *Revue Hybrid*, n° 3 « Cultures numériques : alternatives », [consultável in <https://flusserfrance.eur-artec.com/wp-content/uploads/2022/02/2016-Citton.-Naviguer-ou-filtrer.-Hybrid.pdf>]

- Coutinho, Ana Paula (2018), “Que peut représenter une base de connaissance en Littérature Comparée? Réflexion en cours”, *Le potentiel infini des Humanités à l'ère du numérique*, Libreto nº 19, Porto, ILCML: 57-69.
- (2021), “Plaisir du texte et imaginaire numérique de la littérature, à partir de François Bon”, Libreto nº 27, *Plaisirs de lire : (É)états de l'art*. Porto, ILCML: 75-85.
- Debeaux, Gaëlle (2015), “Ce que la littérature numérique fait à la comparée, et réciproquement”. *Littérature comparée / Littérature numérique*. Consultável em <https://doi.org/10.58079/ak9b>
- Domínguez, César/ Saussy, Haun/ Villanueva, Darío (2015), *Introducing Comparative Literature: new trends and applications*, London and New York : Routledge .
- Doueih, Milad (2023), *O que é o digital?*, Trad. José Domingues de Almeida, Porto, Edições Afrontamento e Instituto de Literatura Comparada Margarida Losa.
- Drucker, Johanna (2012), “Humanistic Theory and Digital Scholarship”, in *Debates in the Digital Humanities*. University of Minnesota Press [consultado in <https://dhdebates.gc.cuny.edu/read/untitled-88c11800-9446-469b-a3be-3fdb36bfd1e/section/ob495250-97af-4046-91ff-98b6ea9f83c0#ch06>]
- (2014), *Graphesis: Visual Forms of Knowledge Production*, Harvard, Harvard University Press.
- (2021), *The Digital Humanities Coursebook. An Introduction to Digital Methods for Research and Scholarship*, London, Routledge.
- Del Lungo, Andrea/ Vitali, Giovanni Pietro (2021), “La littérature du XIX siècle au prisme des humanités numériques”, in *Romantisme : la revue du dix-neuvième siècle*, nº 191 (1): 64-75.
- Guimarães, Regina / Saguenail (2020), *Embriagai-vos*, Porto, FLOP.
- Felski, Rita (2015), *The Limits of Critique*, University of Chicago Press.
- Higuchi, S. (2021), “Do texto ao dado: debates sobre leitura distante nas humanidades”, *H2D|Revista De Humanidades Digitais*, 3(2). <https://doi.org/10.21814/h2d.3569>ISSN: 2184-562X.
- McGann, Jerome (2001), *Radiant Textuality: Literature after the World Wide Web*. Palgrave.
- Moretti, Franco (2017), *Graphs, Maps, Trees: Abstract Models for Literary History*, London, New York, Verso [2005]
- Morin, Edgar (1990), *Introduction à la pensée complexe*. Paris, Éditions du Seuil.
- Negroponte, Nicholas (1995), *Being Digital*. New York, Alfred A. Knopf.
- Portela, Manuel (2020), “O que é a digitalização das Humanidades?”, in *As Letras entre a Tradição e a Inovação*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto: 92-121.
- Presner, Todd (2011), “Comparative Literature in the Age of Digital Humanities: On Possible Futures for a Discipline”, *A companion to comparative literature*, Blackwell: 193-207.
- Prescott, Andrew (2016), “Beyond the Digital Humanities Centre: The Administrative Landscapes of the Digital humanities”, *A New Companion to Digital Humanities*, edited by Susan Schreibman *et alii*. John Wiley & Sons, Incorporated: 535-550.
- Stengers, Isabelle (2011), “‘Another science is possible!’ A plea for slow science”, Inauguration lecture Chair Willy Calewaert 2011-2012. [Disponível in <https://threeerottenpotatoes>.

wordpress.com/wp-content/uploads/2011/06/stengers2011_pleaslowscience.pdf]

Vinck, Dominique (2020), *Humanités numériques*, Paris, Éditions Le Cavalier Bleu.

Walsh, Melanie (2023), “The Challenges and Possibilities of Social Media Data: New Directions in Literary Studies and the Digital Humanities”, *Debates in The Digital Humanities*, Matthew K. Gold and Lauren F. Klein Editors, University of Minnesota Press: 275-294.